

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário apresenta o periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, referente a outubro de 2017. A presente edição disponibiliza as seções permanentes, expressas no Panorama Econômico e nos Indicadores, e dois artigos técnicos.

A primeira incursão avalia e qualifica a classificação da FAE, pelo segundo ano seguido, em primeiro lugar entre as instituições privadas dedicadas ao ensino de Economia no Paraná, conforme o Ranking Universitário Folha (RUF), elaborado pelo Jornal Folha de São Paulo.

O segundo texto analisa as características, limites e possibilidades da atual recuperação da economia brasileira, com base em criteriosa observação dos principais indicadores correntes e antecedentes.

Ótima leitura a todos.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

FAE: POR QUE O MELHOR ENSINO PRIVADO DE ECONOMIA DO PARANÁ?

Gilmar Mendes Lourenço

No ano em que completa sessenta anos, o Curso de Economia da FAE, o terceiro mais antigo do Paraná, tendo surgido depois dos congêneres da Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), obteve novamente, em setembro de 2017, a primeira colocação entre as instituições privadas de educação superior do Estado, de acordo com os scores divulgados pelo Ranking Universitário do Jornal Folha de São Paulo (RUF).

Trata-se de criteriosa investigação, empreendida por aquele conceituado veículo de comunicação nacional, no intervalo de tempo compreendido entre 2012 e 2017, a partir da tabulação de informações oriundas de sondagens eminentemente qualitativas, baseadas em apreciações técnicas efetuadas por professores avaliadores, credenciados pelo Ministério da Educação, e consultas junto a profissionais do meio empresarial.

Conforme as regras de mensuração do RUF, dentre as vinte e uma (dezesesseis entidades foram objeto da pesquisa da Folha) dedicadas ao ensino de Economia no território estadual, abrangendo públicas e particulares, a FAE conquistou o terceiro lugar, ficando atrás apenas do comportamento de reconhecida excelência expresso na atuação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e UFPR.

Aliás, o desempenho excepcional de algumas unidades públicas vem acontecendo mesmo em ambientes hostis, marcados por instabilidades no padrão de financiamento das instituições custeadas primordialmente pelos cofres governamentais, às voltas com perenes contingenciamentos e contrações de verbas, sob a justificativa de premência de feitura de arranjos fiscais da macroeconomia, o que torna os orçamentos verdadeiros reféns da cobertura, quase que exclusiva, do pagamento de salários de professores e funcionários.

A comenda endereçada à FAE deriva da conjugação entre passado e presente, ou melhor, da gradativa edificação e maximização de elementos virtuosos, por parte da Escola, com destaque para os compromissos e ações de permanente priorização de investimentos em modernização das instalações e equipamentos, capacitação e valorização do quadro de docentes e demais colaboradores, além do pleno envolvimento do corpo discente.

A propósito desse último ponto, convém frisar que isso ocorre a despeito da natureza reconhecidamente incompleta, na melhor das hipóteses, dos parâmetros de aferição da performance dos alunos formandos, definidos e aplicados periodicamente pelo Ministério.

Nesse particular, parece urgente a deflagração de um processo de ampliação da participação de conteúdos técnicos nas provas do Enade e inserção dos resultados no histórico escolar dos estudantes, o que resultaria em melhor desenho do potencial de inserção no mercado de ocupações e da própria constituição da reputação das diferentes entidades.

Ainda na linha do selo de qualidade da Economia/FAE, emerge a influência decisiva representada pelas escolhas estratégicas realizadas pela direção da Escola, ao longo de sua história, ancorada em professores de primeira grandeza, hospedados, ao mesmo tempo, no mercado e na academia.

De fato, desde as suas origens, o curso é beneficiado pelo empenho mútuo despendido por tais atores na descoberta de necessidades de adequações de rumos do dueto formado por transmissão de conhecimentos e informações e aprendizagem, pautadas pelas rápidas e pronunciadas transformações verificadas na dinâmica de funcionamento dos mercados,

demandantes finais do produto da FAE, e incluindo frequentes revisões e avanços qualitativos nas matrizes curriculares.

É fácil perceber que, em um momento de regresso do protagonismo dos Economistas na formulação e execução de políticas públicas no Brasil, por meio da efetivação de ensaios com instrumentos direcionados ao desenvolvimento de longo prazo, o Curso de Ciências Econômicas da FAE permanece na dianteira, o que garante a preservação da forte correlação entre o glamour de uma entidade de ensino superior e a excelência da educação em Economia.

Urge a ampliação da participação de conteúdos técnicos nas provas do Enade e a inserção dos resultados no histórico escolar dos estudantes.

Por um olhar prospectivo, típico do economista, conhecido como possuidor de “olhos de águia”, em detrimento da exagerada defesa do emprego das planilhas financeiras, impregnadas de interesses de curto prazo, seria fundamental a designação de espaços reservados à construção de propostas voltadas ao desenvolvimento regional.

Até porque, há poucas dúvidas de que, a partir de 2019, o Brasil será palco de negociações políticas maduras para a formulação e execução de um conjunto de reformas institucionais, balizadoras da retomada duradoura do crescimento econômico, que abarcarão, dentre outras tarefas, a remodelagem federativa, escorada na inevitável descentralização de receitas e encargos no âmbito das três distintas instâncias de poder: união, estados e municípios.

Nessa perspectiva, o Curso deveria perseguir, de forma intransigente, a restauração de linhas de produção científica individualizadas, notabilizadas pela confecção de monografias de conclusão de graduação que, no passado não muito remoto, tornaram a instituição parâmetro de competência na elaboração de trabalhos aderentes à economia regional, agraciados com inúmeros prêmios conferidos pelo Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR).

POR DENTRO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

Gilmar Mendes Lourenço

Inquestionavelmente, já não é tão árduo o esforço de identificação de indicadores menos desconfortáveis acerca do comportamento presente e prospectivo da economia brasileira. Uma breve incursão sobre os cadernos das sinalizações antecipatórias, que traduzem o humor e as expectativas de empresários e consumidores, oportuniza enxergar o prosseguimento da predominância de páginas de coloração verdes e a diminuição da frequência de inserções amarelas e, especialmente, vermelhas, a despeito da flagrante degradação da aprovação popular ao governo do presidente Temer.

A esse respeito, sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Ibope, revela que popularidade do executivo, medida pela agregação dos conceitos ótimo e bom, conferidos pela população consultada (duas mil pessoas, em 126 municípios, entre os dias 15 e 20 de setembro), declinou para 3%, a menor da série histórica começada em março de 1986, com forte propensão ao desaparecimento e constituindo autêntica anomalia sociométrica.

Na realidade, mesmo convivendo com taxas de inflação anuais inferiores a 3%, a administração Temer vem amargando graus de desaprovação da sociedade maiores do que aqueles experimentados por todos os mandatários pós-redemocratização nacional, em picos de instabilidade política e/ou disparada inflacionária, como Sarney (em junho e julho de 1989), Collor (agosto de 1992), Itamar (janeiro de 1994), Fernando Henrique Cardoso (julho de 1999), Lula (setembro/dezembro de 2005) e Dilma (junho/dezembro de 2015). (tabela 1).

TABELA 1- BRASIL - PIORES POPULARIDADES DOS GOVERNOS NA HISTÓRIA – CONCEITO ÓTIMO E BOM		
PERÍODO	GOVERNO	(%)
JUN./JUL./1989	SARNEY	6
AGO./1992	COLLOR	12
JAN./1994	ITAMAR	12
JUL./1999	FHC	16
SET./DEZ./2005	LULA	29
JUN./DEZ./2015	DILMA	9
SET./2017	TEMER	3
FONTE: CNI/IBOPE		

Não obstante, em 2017, o País ganhou uma posição no ranking global de competitividade, preparado pelo Fórum Econômico Mundial, com a colaboração da Fundação Dom Cabral, passando a ocupar a 80ª posição, em um painel de 137 nações, depois de ter descido da 48ª, em 2012, para a 81ª, em 2016. O Brasil está rabeira no grupo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) e no nono lugar na América Latina. Há nove anos a Suíça lidera o certame, seguida por Estados Unidos e Cingapura.

Houve avanço em dez dos doze itens integrantes da apreciação, com destaque para o marco institucional, em especial a autonomia do judiciário, com a passagem da 79ª para a 59ª colocação. Embora tenha conquistado onze postos na variável combate à corrupção, o País ainda figura no 109º lugar neste quesito e no 108º em infraestrutura, devido à carência de investimentos públicos.

O índice de confiança do empresário industrial (ICEI), calculado pela CNI, deu um salto em setembro de 2017, atingindo 55,7 pontos (varia entre zero e cem, representando otimismo quando superar os cinquenta pontos), o maior nível desde 2013. Já o indicador de evolução da produção industrial registrou 54,8 pontos, em agosto de 2017, suplantando a linha divisória entre ceticismo e esperança, equivalente a 50 pontos, pelo segundo mês seguido, algo que não ocorria desde outubro de 2013.

*Investigações da
Confederação Nacional do
Comércio apontam impulso
da confiança do empresário
do setor pelo segundo mês
consecutivo.*

Em direção análoga, investigações da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontam impulso da confiança do empresário do setor pelo segundo mês consecutivo, alcançando 104,78 pontos, em setembro do corrente exercício, acima da zona de indiferença entre pessimismo e satisfação, representada pelos cem pontos, pois o indicador oscila entre zero e duzentos pontos.

Todavia, a mesma CNC apurou que a intenção de consumo das famílias, depois de subir para 77,3 pontos (escala de zero a duzentos) em agosto, caiu para 76,8 pontos em setembro, regredindo aos patamares verificados no começo do ano, fenômeno que pode ser imputado ao estado de alerta dos consumidores, escaldados com a embrionária e moderada reativação do emprego e a resistência do flagelo político e institucional.

Em consonância com os números da CNC, inquérito da CNI revela que o índice nacional de expectativa do consumidor (INEC) regrediu em setembro de 2017, em relação a agosto, registrando 98,5 pontos (varia entre zero e duzentos) e voltando a situar-se abaixo da linha divisória de 100 pontos e da média histórica de 108,2 pontos.

Do lado da recomposição da saúde financeira dos agentes emergiu observou-se contração das solicitações de falência e recuperação judicial de -10,2% e -8,4%, respectivamente, no ano findo em agosto de 2017, conforme apurações da Boa Vista SCPC, ente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), e da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

Houve igualmente a diminuição do passivo corporativo, fortemente influenciada pela realização de ajustes, por parte das empresas, centrados em venda de ativos, redefinição de linhas de produção, fechamento de unidades menos rentáveis, reposicionamento no mercado e substituição de papéis com vencimento em curto prazo por bônus de longo termo, coadjuvados pelo benefício proveniente da macroeconomia, expresso na apreciação do real.

Levantamentos da consultoria Economatica constataram declínio de -1,4% no montante global das dívidas das empresas que possuem ações transacionadas em bolsa, no primeiro semestre de 2017, o que constituiu o primeiro recuo, para o período, em seis anos. Ressalte-se que as estatísticas não incorporaram a queda de -11,0% registrada pela Petrobrás, em idêntico intervalo.

Especificamente para o universo de companhias integrantes do Ibovespa, o horizonte temporal para a eliminação das dívidas, estimado com base na capacidade de geração de caixa, caiu de 3,7 anos, em 2015, para 2,1 anos, no segundo trimestre de 2017. Ainda assim, a estimativa superou a média histórica de 1,5 anos.

No entanto, mais de 46,0% das companhias de capital aberto estão desprovidas de condições financeiras para honrar os compromissos, em um ambiente de escassez e maior seletividade na oferta de crédito e diminuta confiança, atrelada às incertezas quanto ao avanço das reformas estruturais e à restauração das condições de estabilidade política no País.

No front real, o valor em dólares das exportações cresceu 18,7%, entre janeiro e setembro, impulsionado pelos produtos básicos (+26,9%), particularmente petróleo, minérios, soja e carnes. Já o montante de importações variou 8,5%, concentrado em combustíveis e lubrificantes e bens intermediários.

A produção industrial registrou, em julho de 2017, expansão pelo quarto mês consecutivo, acumulando elevação de 0,9% nos primeiros sete meses do ano, puxada por bens de consumo duráveis (9,8%), em face da impulsão das vendas de automóveis para o mercado argentino, e de capital (3,7%), notadamente máquinas e equipamentos para a agricultura (18,9%). Enquanto isso, bens intermediários apresentou variação nula e bens de consumo não duráveis e semiduráveis, subordinado à massa de salários, encolheu -0,5%.

O balanço do volume de produção fabril revelou ascensão em 11 (onze), dos 14 (quatorze), estados acompanhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O parque manufatureiro do Paraná contabilizou o acréscimo mais expressivo (3,9%), ancorado em máquinas e equipamentos (71,3%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (12,9%), o que evidencia a força do agronegócio, a grande vedete do organismo de transações nacional.

Em igual período, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 1,1%, concentrado em três ramos: eletrodomésticos (7,2%), tecidos, vestuário e calçados (7,1%) e materiais de construção (5,6%). Os outros sete segmentos comerciais monitorados mensalmente pela entidade nacional de estatística apresentaram queda de vendas naquele lapso, especialmente móveis (-10,1%), livros, jornais e revistas (-3,3%), combustíveis e lubrificantes (-3,1%) e veículos e motos (-2,9%).

O desempenho é explicado pela conjugação de alguns elementos virtuosos, com ênfase para a recomposição do poder de compra da população, com o mergulho no campo dos preços; a diminuição dos juros; a utilização dos R\$ 44,0 bilhões liberados das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre março e julho do presente exercício, destinados à quitação de dívidas e ao retorno às compras; e a discreta melhora do mercado de trabalho, ainda que em condições de precarização, com ampliação da informalidade.

Estatísticas do cadastro geral de empregados e desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, demonstram geração líquida de 112,5 postos com carteira assinada entre janeiro e agosto de 2017, sustentada na agropecuária (125,7 mil), serviços (75,5 mil) e indústria de transformação (40,5 mil).

A taxa de desemprego, mensurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, caiu de 12,8% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel entre maio e julho de 2017, para 12,6% da PEA, no lapso junho-agosto. Ainda assim, a desocupação é maior que a levantada, no mesmo período de 2016 (11,8% da PEA) e 13,1 milhões de pessoas permanece sem trabalho. Mais da metade do incremento de 1,4 milhão de pessoas ocupadas, no trimestre, aconteceu no espaço ocupado pela informalidade. O rendimento médio daqueles ocupados continua praticamente estável em razão da contenção da escala de preços.

Ainda na linha virtuosa, segundo já mencionado, a inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) - apurado pelo IBGE para padrões de renda familiar mensal entre um e quarenta salários mínimos - foi de 1,62%, entre janeiro e agosto de 2017, a menor marca desde o lançamento do real, em julho de 1994, e 2,46% em doze meses até agosto de 2017, sendo a menor desde fevereiro de 1999 (2,24%) e bastante abaixo do piso, de 3,0% ao ano, da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), cujo centre é de 4,5% a.a.

Já o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também do IBGE, que mensura a variação média dos preços de uma cesta de produtos consumidos por famílias com rendimentos mensais entre um e cinco salários mínimos, subiu 1,27% no ano e 1,73% em doze meses. Os valores médios de comercialização dos alimentos e da alimentação no domicílio retrocederam -2,48% e -5,05%, respectivamente, no ano encerrado em agosto de 2017.

Por conta da ampla desinflação, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), promoveu novo corte na taxa Selic (o oitavo seguido), reduzindo-a de 14,25% a.a., em outubro de 2016, para 8,25% a.a., em 06 de agosto de 2017, chegando ao menor patamar desde maio-junho de 2013, quando estava em 8,0% a.a.

Vislumbra-se um clima mais propício à continuidade da diminuição dos juros em comparação com aquele prevalecente em 2012.

Do ponto de vista técnico, vislumbra-se clima mais propício à continuidade da diminuição dos juros em comparação com aquele prevalecente em 2012, quando a Selic caiu para 7,25% a.a., fruto da materialização do desejo irresponsável da presidente da república, traduzido na implementação da chamada nova matriz econômica, apoiada na premissa de que o estado é dotado de infinito poder de geração de recursos fiscais e creditícios.

A vigorosa despencada dos juros ensejou inclusive a ativação das regras de remuneração das cadernetas de poupança, instituídas em 2012, que preveem, quando a Selic situar-se abaixo de 8,5% a.a., a aplicação de 70% desta adicionada da taxa referencial de juros (TR).

Apesar de os rendimentos das cadernetas terem superado a inflação em 3,16% entre janeiro e agosto de 2017, representando o maior ganho em onze anos para o período, a modalidade de aplicação amargou perda líquida (depósitos menos saques) de R\$ 7,811 bilhões, em decorrência da realização de retiradas para a cobertura de dívidas e/ou suprimento das necessidades de consumo, por parte da população. Tal evento serviu para agravar a tendência de compressão da disponibilidade de crédito imobiliário, com os haveres oriundos das cadernetas contabilizando decréscimo superior a 30% a.a., desde 2015.

Aliás, de acordo com pesquisa da CNC, o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras permaneceram em rota ascendente, apesar da liberação dos saldos das contas inativas do FGTS. Em agosto de 2017, 58,0% das pessoas mencionaram ter algum tipo de dívida, 24,6% estavam com contas em atraso médio de 64,7 dias, e 10,1% não tinham condições de quitação.

Ademais, as compras a prazo - concentradas na modalidade mais cara, representada pelo cartão de crédito, que cobra taxas médias de 400% a.a., no rotativo, segundo o BC - consomem 29,8% dos orçamentos domésticos.

Nessas circunstâncias, parece razoável supor que, ao menos na economia, o pior já passou, aspecto reforçado pelo rompimento da barreira dos 75 mil pontos pelo Ibovespa, motivado pela conjugação entre descida dos juros, perspectiva de privatização da Eletrobrás e apostas no equacionamento do imbróglio político, por ocasião das eleições de 2018.

No entanto, a derrubada de eventos ou episódios de euforia desprovidos de fundamentação, impõe esclarecer que, se valoradas em moeda estrangeira, as cotações médias das ações apuradas presentemente equivalem a menos da metade daquelas constadas nos tempos das vacas gordas de 2008, quando o Brasil havia recuperado o grau de investimento conferido pelas agências internacionais de classificação de risco.

Ademais, é impossível enxergar sinais de recuperação robusta do crescimento. Até porque, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma espécie de cálculo preliminar do produto interno bruto (PIB), cresceu apenas 0,14%, entre janeiro e julho de 2017, em comparação com igual tempo de 2016. O volume dos serviços, setor dependente dos rendimentos salariais e que responde por mais de 70% do PIB, caiu -0,8% em julho de 2017, em relação a junho, e -3,2%, frente a julho de 2016, segundo pesquisa do IBGE.

Os indicadores acumulados no ano e nos últimos doze meses mostram queda de -4,0% e -4,6%, respectivamente, dos serviços. Entre janeiro e julho, apenas três, dos quatorze ramos acompanhados, registraram expansão. São eles: transporte aquaviário (9,6%), armazenagem (6,0%), fortemente determinados pela dinâmica salvadora do agronegócio, e tecnologia da informação (2,5%).

A arrecadação federal exibiu aumento real de 0,78% entre janeiro e agosto de 2017, graças à maior movimentação do aparelho econômico e, sobretudo, a elementos pontuais configurados nos efeitos da elevação da alíquota do PIS-COFINS incidente sobre combustíveis e no novo refinanciamento de dívidas com a União (Refis), centrado em generosos acordos de parcelamento de dívidas com o fisco, um autêntico estímulo à prática de atraso no recolhimento de impostos e contribuições. Enquanto isso, as despesas totais aumentaram 0,3%, puxadas pelas previdenciárias que cresceram 6,7%.

Apenas a título de ilustração, o comprometimento da receita líquida com os desembolsos incontornáveis, ou dispêndios obrigatórios, concentrados em salários, encargos sociais e benefícios previdenciários, saltou de 74,2%, em 2008, para 104,0%, em 2016, o que forçou o sacrifício dos itens discricionários, especialmente investimentos e dos programas sociais.

A fabricação de um motor de arrasto dos negócios está fortemente prejudicada pela enorme capacidade ociosa acumulada pelo setor industrial.

Na verdade, a fabricação de um motor de arrasto dos negócios está fortemente prejudicada pela enorme capacidade ociosa acumulada pelo setor industrial, ao longo dos três anos de recessão, a precariedade da recomposição do mercado de trabalho, amparada na impulsão da informalidade, e o atraso das inversões em infraestrutura, explicado pela falência do estado e a natureza embrionária das ações voltadas às privatizações e concessões, ocupando mais o terreno das intenções.

Não bastassem essas restrições, recente estudo preparado pelo World Wealth and Income Database revela ampliação da concentração de renda no Brasil, entre 2011 e 2015, contrariando inclusive algumas pesquisas governamentais. A participação dos 10% mais ricos da população na apropriação da renda total passou de 54,3%, em 2011, para 55,3%, em 2015, invertendo a trajetória de diminuição da desigualdade delineada desde 1994, determinada, sobretudo, pelo desaparecimento

da hiperinflação, valorização do salário mínimo e ampliação do acesso à educação.

Embora seja alentador o fato de que as apreciáveis margens de ativo fixo sem utilização favorecem, em tese, a reativação dos níveis de atividade sem a produção de pressões inflacionárias, a concatenação entre falência do estado e pauperização da infraestrutura comprometeu, de forma irremediável, o potencial de crescimento de médio prazo da nação.

O mais preocupante, porém, é o poder destrutivo das frequentes e crescentes hecatombes proporcionadas pela praça dos três poderes, em Brasília, ocupada por entes famintos por verbas oriundas da arrecadação de impostos e resistentes à formulação e negociação política das reformas indispensáveis à promoção do rearranjo das finanças públicas e ao resgate das condições mínimas de eficiência da microeconomia brasileira.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2017-2021

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2017	0,65	9,85	3,17	2,98
2018	2,35	7,04	3,24	4,09
2019	2,57	8,02	3,34	4,21
2020	2,55	8,11	3,38	4,07
2021	2,53	8,06	3,43	4,02

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 22/09/2017

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS - AGOSTO 2007-2017

JUL/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	28,97	1,22	13,72	0,83	44,74
2008	29,35	-0,81	13,40	0,74	42,68
2009	28,34	-1,07	12,64	0,76	40,68
2010	28,03	-1,28	11,59	0,66	39,00
2011	26,60	-1,25	10,88	0,57	36,80
2012	22,51	-1,18	10,66	0,53	32,51
2013	21,03	-1,39	10,56	0,60	30,79
2014	21,57	-1,07	10,53	0,59	31,62
2015	22,66	-2,35	11,81	0,79	32,90
2016	32,19	-2,55	11,33	0,91	41,88
2017	40,50	-2,76	11,54	0,88	50,16

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – AGOSTO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	24.276	69,88	34.738	26,19	92.693	1,93	1.254.951
DESLIGAMENTOS	26.224	73,29	35.779	28,66	91.513	2,15	1.219.494
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	684.113	70,52	970.038	26,51	2.580.699	1,79	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	151.613	71,74	211.323	23,34	649.668	1,85	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-1.948	-	-1.041	-	1.180	-	35.457

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – AGOSTO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.526	10,15	34.738	3,80	92.693	0,28	1.254.951
DESLIGAMENTOS	2.666	7,45	35.779	2,91	91.513	0,22	1.219.494
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	85.491	8,81	970.038	3,31	2.580.699	0,22	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.429	6,83	211.323	2,22	649.668	0,18	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	860	-	-1.041	-	1.180	-	35.457

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – AGOSTO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.198	3,45	34.738	1,29	92.693	0,10	1.254.951
DESLIGAMENTOS	1.308	3,66	35.779	1,43	91.513	0,11	1.219.494
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	37.885	3,91	970.038	1,47	2.580.699	0,10	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.706	2,70	211.323	0,88	649.668	0,07	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-110	-	-1.041	-	1.180	-	35.457

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - SET/2016 – AGO/2017

DIA	JAN /17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16
1		64836,12	66988,87			62288,52		66.516,23	58236,26		63326,41	59506,54
2	59588,70	64578,21	65854,93		66721,74	62510,69		67.135,99	59616,39			60316,12
3	61813,83	64953,93	66785,53	65211,47	66093,78		63279,58	66.777,13		59461,22	61750,17	
4	61589,05			65768,91	64862,60		63231,59	66.897,98		59.339,22	61598,39	
5	62070,98			64774,76	65709,73	62450,45	63154,17		59566,34	60254,34		59831,72
6	61665,36	63992,93	66341,36	64222,72		62954,69	62470,33		60129,43	60644,24		61088,24
7		64198,89	65742,32	64593,10		63170,73	62322,40	67.939,65		61108,98	64051,65	61414,40
8		64835,40	64718,01		65526,04	62755,57		67.898,93	60231,65		64157,67	60676,56
9	61700,29	64964,88	64585,23		66277,67	62210,55		67.671,06	57999,72		63258,26	60500,61
10	62131,80	66124,52	64675,46	64649,81	67349,72		63025,46	66.992,08		61668,33	61200,95	
11	62446,26			64359,79	67537,61		63832,15	67.358,58		61021,84	59183,50	
12	63953,93			63891,67	68221,94	61700,23	64835,55		58586,11			59178,61
13	63651,51	66967,64	65534,30	62826,28		61828,99	65178,34		56820,77	61118,58		59280,57
14		66712,88	64699,46			61922,92	65436,17	68.284,66	57059,46	61767,21	59657,46	58212,11
15		67975,58	66234,87		68474,18			68.355,12	57909,48			58396,16
16	63831,27	67814,24	65782,85		68684,49	61626,41		68.594,29	57079,75		60759,31	58389,04
17	64354,33	67748,41	64209,93	64334,92	67540,25		65212,31	67.976,79		62696,10	59770,47	
18	64149,57			64158,84	61597,05		65337,66	68.714,65		63782,20	59961,76	
19	63950,86			63406,97	62639,30	62014,03	65179,92		57350,37	63505,60		57110,99
20	64521,18	68532,85	64884,26	63760,62		60766,15	64938,01		57736,45	63837,85		57582,89
21		69052,02	62980,37			60761,74	64684,18	68.634,64	58393,92	64108,08	61070,27	57646,52
22		68589,54	63521,33		61673,49	61272,21		70.011,25	58994,16		61954,47	57255,22
23	65748,62	67461,39	63530,78		62662,48	61087,13		70.477,63	58697,00		61985,90	57937,10
24	65840,09	66662,10	63853,77	64389,01	63257,35		65099,55	71.132,79		64059,89	61395,53	
25				65148,34	63226,78		65667,62	71.073,65		63866,20	61559,07	
26	66190,62			64861,92	64085,41	62188,08	65010,57		58053,53	63825,68		58620,26
27	66033,98		64308,38	64676,55		61675,46	65277,38		58382,48	64249,50		58696,69
28			64640,45	65403,24		62017,97	65497,12	71.016,59	59355,76	64307,63	62855,49	59781,63
29			65528,28		63760,94	62238,95		71.329,85	58350,56		60986,51	60227,28
30	64301,73		65265,98		63962,26	62899,97		70.886,25	58367,04		61906,35	
31	64670,78		64984,06		62711,47		65920,36	70.835,05		64924,51		
MÍNIMO	59588,70	63992,93	62980,37	62826,28	61597,05	60761,74	62322,40	66.516,23	56820,77	59339,22	59183,50	57110,99
MÁXIMO	66190,62	69052,02	66988,87	65768,91	68684,49	63170,73	65920,36	71.329,85	60231,65	64924,51	64157,67	61414,40

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–SET/2017

PERÍODO	SÃO PAULO			PARANÁ		
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)	
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30	
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78	
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37	

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	...	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	...	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	...	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	...	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	...	92,02	1.017,38	36,87	24,68

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/05	653.714	841225	33.455	1.565	10.718	2.205
DEZ/06	794.875	1.180.653	44.473	17.939	12.463	2.415
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515,0	70.835	0	21.948	6.429

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2005 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2017
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
JAN-AGO/2017	12.408.276.570	17,10	7.572.490.875	5,63	4.835.785.695

FUNTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2017
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
JAN-AGO/2017	145.942.077.196	18,11	97.836.809.537	7,28	48.105.267.659	...

FONTE: MDIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS
(Complexo soja e trigo) SAFRAS 2010/2017 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	25,0	1.755,8	720,0	850,0	185,8
Arroz em casca	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.328,1	1.000,0	13.758,9	11.500,0	800,0	1.458,90
Feijão	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.398,1	150,0	3.734,1	3.350,0	120,0	264,1
Milho	2010/11	5.586,1	57.406,9	764,4	63.757,4	49.985,9	9.311,9	4.459,6
	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
	2016/17	6.949,9	97.712,0	700,0	105.361,9	56.165,3	29.000,0	20.196,6
Soja em grãos	2010/11	2.611,1	75.324,3	41,0	77.976,4	41.970,0	32.986,0	3.020,4
	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.476,2	114.075,3	300,0	115.851,5	47.281,0	64.000,0	4.570,5
Farelo de Soja	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,4	14.355,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
	2016/17	1.846,3	33.110,0	1,0	34.957,3	17.000,0	15.900,0	2.057,3
Óleo de soja	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,6	8.385,0	40,0	8.994,6	6.800,0	1.550,0	644,6
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.798,4	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	5.185,5	7.000,0	14.715,6	11.487,6	700,0	2.528,0

FONTES: CONAB – Levantamento 12 – setembro/2017 (disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estimativa em junho 2017/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2017
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.513	9.322	19.586	5.250	10.819	3.278	8.576	2.522	5.067	1.456

FONTE: CONAB

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2016

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,44	5,06	4,50	4,93	4,85	2,20	-0,40	6,58	3,81	3,02	2,97	3,15	3,21	3,17
África do Sul	2,95	4,55	5,28	5,60	5,57	3,58	-1,68	2,85	2,51	2,54	2,83	1,72	1,19	0,05
Alemanha	-0,71	1,17	0,71	3,70	3,26	1,08	-5,62	4,08	3,66	0,49	0,49	1,60	1,72	1,87
Argentina	8,84	9,03	8,85	8,05	9,01	4,06	-5,92	10,13	6,00	-1,03	2,41	-2,51	2,65	-2,25
Bolívia	2,71	4,17	4,42	4,80	4,56	6,15	3,36	4,13	5,20	5,12	6,80	5,46	4,85	4,27
Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6
Canadá	1,80	3,09	3,20	2,62	2,06	1,00	-2,95	3,08	3,14	1,75	2,48	2,57	0,94	1,47
Chile	4,09	7,21	5,74	6,32	4,91	3,53	-1,56	5,84	6,11	5,32	4,05	1,91	2,25	1,59
China	3,06	8,70	7,39	7,03	6,46	2,13	-2,46	6,77	4,81	1,70	3,10	2,76	2,39	2,05
Colômbia	3,92	5,33	4,71	6,70	6,90	3,55	1,45	4,29
Coréia do Sul	2,93	4,90	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,50	3,68	2,29	2,90	3,34	2,79	2,83
Equador	2,72	8,21	5,29	4,40	2,19	6,36	0,57	3,53	7,87	5,64	4,55	3,67	0,29	...
Estados Unidos	2,81	3,79	3,35	2,67	1,78	-0,29	-2,78	2,53	1,60	2,22	1,68	2,37	2,60	1,62
França	0,82	2,79	1,61	2,37	2,36	0,20	-2,94	1,97	2,08	0,18	0,58	0,95	1,07	1,19
Índia	8,06	6,97	9,48	9,57	9,32	6,72	8,59	9,32	6,29	5,45	6,20	6,94	7,83	6,67
Indonésia	4,78	5,03	5,69	5,50	6,35	6,01	4,63	6,22	6,17	6,03	5,56	5,01	4,88	5,02
Itália	0,15	1,58	0,95	2,01	1,47	-1,05	-5,48	1,69	0,58	-2,82	-1,73	0,11	0,78	0,88
Japão	1,53	2,20	1,66	1,45	1,64	-1,10	-5,42	4,22	-0,09	1,50	2,02	0,24	1,11	1,01
México	1,99	4,21	3,08	4,98	3,22	1,38	-4,74	5,20	3,92	4,04	1,41	2,25	2,61	2,36
Paraguai	4,32	4,06	2,13	4,81	5,42	6,36	-3,97	13,09	4,34	-1,24	14,04	4,72	2,96	3,95
Peru	3,96	5,56	6,29	7,53	8,52	9,13	1,10	8,33	6,33	6,14	5,85	2,35	3,25	3,88
Reino Unido	3,34	2,49	3,00	2,66	2,59	-0,47	-4,19	4,42	1,51	1,31	1,91	3,07	2,19	1,81
Rússia	7,35	7,18	6,38	8,15	8,54	5,25	-7,82	4,50	4,29	3,44	1,29	0,63
Tailândia	7,03	6,17	4,46	5,57	4,93	2,46	-2,25	7,51	0,84	7,17	2,70	0,82	2,82	3,56
Uruguai	0,81	5,00	7,46	4,10	6,54	7,18	4,24	7,80	5,16	3,54	4,64	3,24	0,37	1,45
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	-6,22	...

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2016

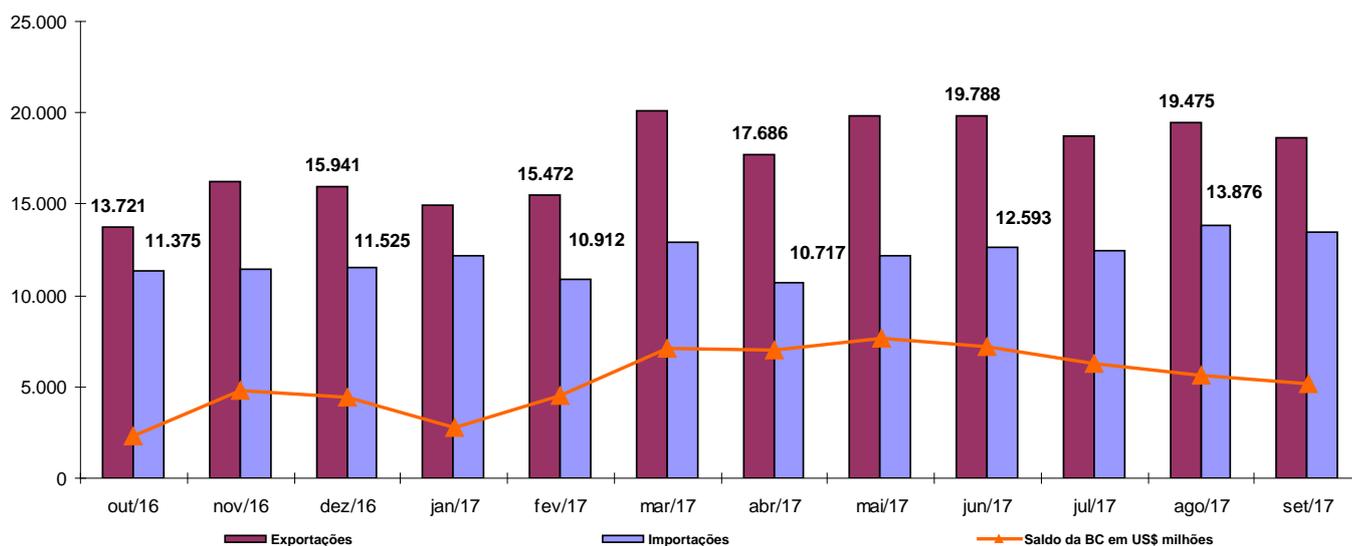
PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,50	3,63	3,80	3,60	3,73	5,78	2,40	3,62	4,79	3,82	3,64	3,24	2,77	3,04
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,75	6,07	4,59	6,33
Alemanha	1,03	1,67	1,55	1,58	2,30	2,63	0,31	1,10	2,08	2,01	1,50	0,91	0,23	0,48
Argentina	13,44	4,42	9,64	10,90	8,83	8,58	6,28	10,78	9,47	10,03	10,62
Bolívia	3,34	4,44	5,39	4,29	8,71	14,00	3,35	2,50	9,81	4,59	5,72	5,78	4,06	3,63
Brasil	14,72	6,60	6,87	4,18	3,64	5,66	4,89	5,04	6,64	5,40	6,20	6,33	9,03	8,74
Canadá	2,76	1,86	2,21	2,00	2,14	2,37	0,30	1,78	2,91	1,52	0,94	1,91	1,13	1,43
Chile	2,81	1,05	3,05	3,39	4,41	8,72	0,07	1,41	3,34	3,01	1,79	4,40	4,35	3,79
China	-2,67	-0,27	0,83	2,05	2,01	4,33	0,63	2,25	5,26	4,07	4,35	4,49	2,97	2,39
Colômbia	7,13	5,90	5,05	4,30	5,54	7,00	4,20	2,28	3,41	3,18	2,02	2,88	5,01	7,52
Coréia do Sul	3,51	3,59	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,30	1,27	0,71	0,97
Equador	7,93	2,74	2,41	3,03	2,28	8,40	5,16	3,56	4,47	5,10	2,74	3,57	3,97	1,72
Estados Unidos	2,27	2,68	3,39	3,23	2,85	3,84	-0,36	1,64	3,16	2,07	1,46	1,62	0,12	1,26
França	2,11	2,13	1,74	1,68	1,49	2,81	0,09	1,53	2,12	1,96	0,86	0,51	0,04	0,18
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,65	4,91	4,94
Indonésia	6,59	6,24	10,45	13,11	6,41	9,78	4,81	5,13	5,36	4,28	6,41	6,39	6,36	3,53
Itália	2,68	2,22	2,00	2,07	1,82	3,38	0,75	1,54	2,74	3,04	1,22	0,24	0,04	-0,12
Japão	-0,26	-0,01	-0,28	0,25	0,06	1,38	-1,35	-0,72	-0,27	-0,05	0,35	2,76	0,79	-0,12
México	4,55	4,69	3,99	3,63	3,97	5,12	5,30	4,16	3,41	4,11	3,81	4,02	2,72	2,82
Paraguai	14,24	4,32	6,81	9,59	8,13	10,15	2,59	4,65	8,25	3,68	2,68	5,03	3,13	4,09
Peru	2,26	3,66	1,62	2,00	1,78	5,79	2,94	1,53	3,37	3,65	2,82	3,23	3,56	3,60
Reino Unido	2,27	1,34	2,05	2,33	2,32	3,61	2,17	3,29	4,48	2,82	2,55	1,46	0,05	0,64
Rússia	13,68	10,86	12,68	9,69	8,99	14,11	11,66	6,85	8,44	5,09	6,74	7,83	15,53	7,05
Tailândia	1,80	2,76	4,54	4,64	2,24	5,47	-0,85	3,25	3,81	3,02	2,18	1,90	-0,90	0,19
Uruguai	19,38	9,16	4,70	6,40	8,11	7,86	7,10	6,68	8,09	8,10	8,58	8,88	8,67	9,64
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Setembro/2017) – MDIC****Fato**

Em setembro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 5,18 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 18,67 bilhões e *importações* de US\$ 13,49 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 32,15 bilhões. No ano, as *exportações* acumulam US\$ 164,61 bilhões, as *importações* US\$ 111,33 bilhões, resultando em *superávit comercial* de US\$ 53,28 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 275,93 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, na comparação setembro de 2016, houve crescimento de 24,0% nas *exportações* e de 18,1% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou avanço de 21,5%. Frente a agosto de 2017, as *exportações* tiveram acréscimo 10,2%, as *importações* expansão de 11,8%. A *corrente do comércio* apresentou avanço de 10,9%. No acumulado no ano, as *exportações* aumentaram 18,7% e as *importações* 8,5%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em setembro, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 36,7%, a de *manufaturados* 18,0% e a de *semimanufaturados* 11,1%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 34,5% nas *importações de bens de capital*, 26,4% em *combustíveis e lubrificantes*, 15,9% em *bens de consumo* e 15,1% em *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul.

No acumulado do ano, na comparação com igual período do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 26,9%, a de *semimanufaturados* 13,7% e a de *manufaturados* 11,2%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve crescimento de 35,3% nas *importações de combustíveis e lubrificantes*, 11,4% nos *bens intermediários* e 5,7%, nos *bens de consumo*. Por outro lado houve queda de 18,6% nas compras de *bens de capital* e 20,1%. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul.

Conseqüências

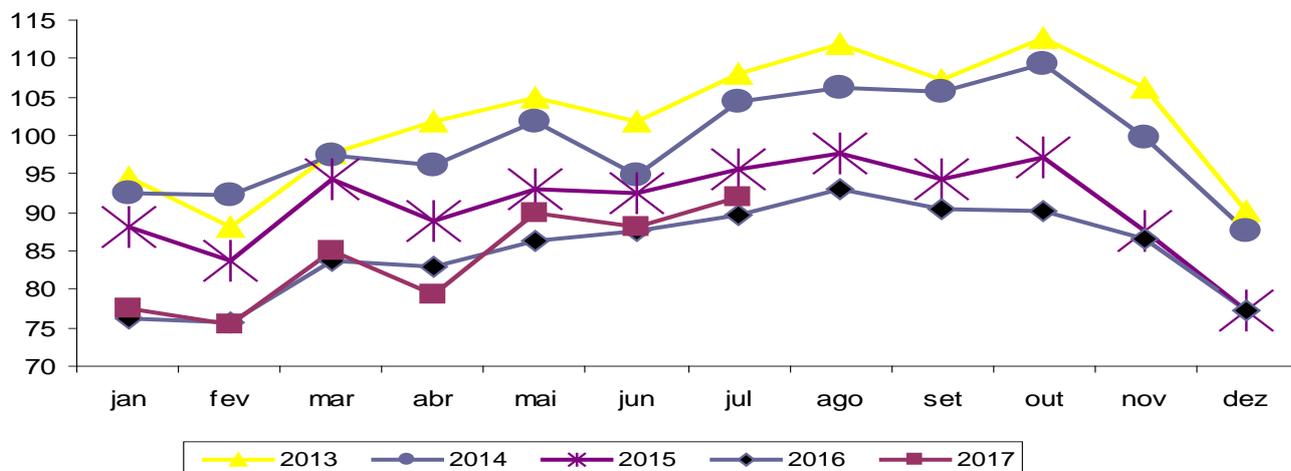
Nos valores acumulados, frente ao mesmo período do ano anterior, a expansão do *superávit externo* tem ocorrido pelo crescimento nas *exportações* mais intenso do que o das *importações*. O Saldo Comercial já representa novo recorde.

Atividade**Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Julho/2017)**

Fato

Em julho, a *Produção Industrial* avançou 0,8% frente a junho, acumulando crescimento de 3,4%. Na comparação com julho de 2016, houve avanço de 2,5%. Considerando o acumulado em doze meses, a variação foi negativa de 1,1% e no ano houve crescimento de 0,8%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso* o avanço mais acentuado foi na produção de *bens de consumo duráveis*, 2,7%, eliminando parte da queda de 5,6%, observada em junho último. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* avançaram 2,0%, seguido por *bens de capital*, 1,9% e *bens intermediários*, 0,9%.

Na comparação com junho de 2016, os *bens de capital* e os *bens de consumo duráveis* apresentaram os avanços mais elevados, 8,7% e 8,1%, respectivamente. No primeiro segmento destaca-se o crescimento em *bens de capital para equipamentos de transporte* e no segundo a *fabricação de automóveis* e de *eletrodomésticos da "linha marrom"*. O segmento de *bens de consumo semi e não-duráveis* avançou 4,2% e os *bens intermediários* 0,6%.

No acumulado do ano, os *bens de consumo duráveis*, e os *bens de capital*, apresentaram maior dinamismo, com crescimento de 9,8% e 3,7%, por ordem. Os *bens intermediários*, não apresentaram variação e o de *bens de consumo semi e não duráveis* teve queda de 0,5%.

Consequência

Apesar de nos últimos meses os resultados, na comparação com o mês anterior tenham apresentado alguma recuperação, a *produção industrial* segue em patamar muito baixo e a recuperação caminha em ritmo lento.

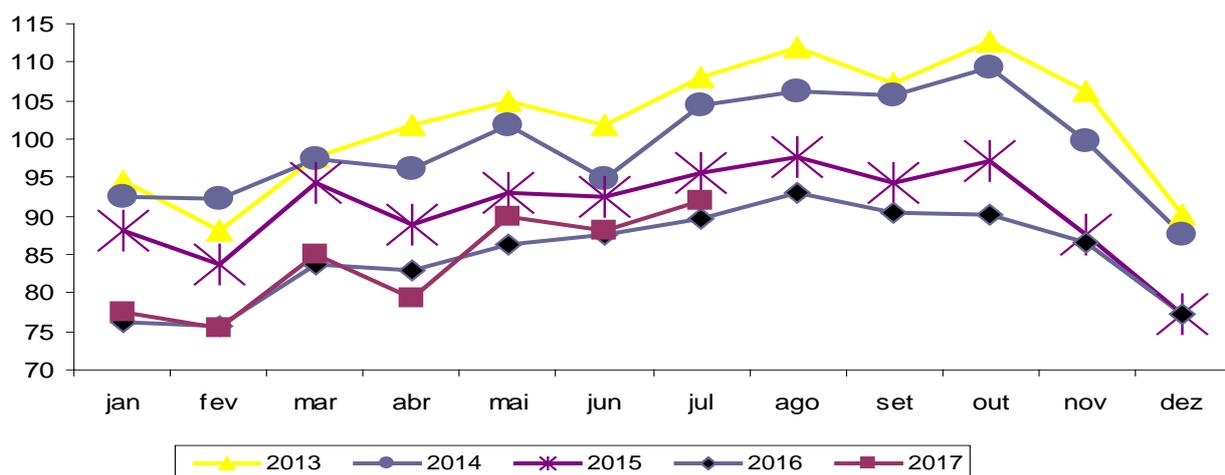
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Julho/2017) - IBGE

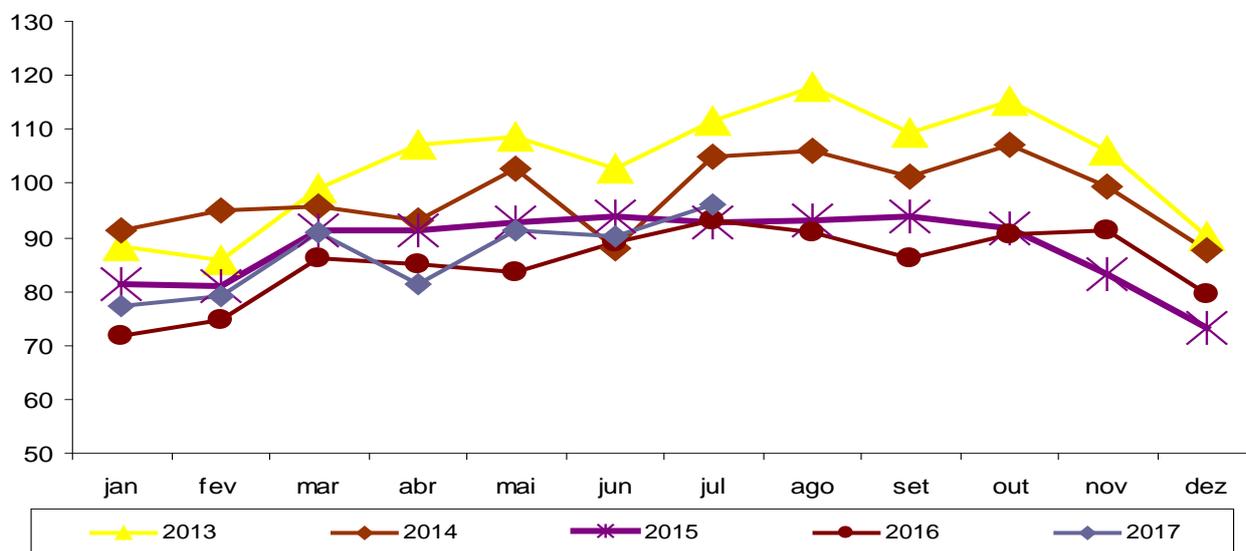
Fato

Em julho frente a junho, a *Produção Industrial* cresceu em sete dos quatorze locais pesquisados. Na comparação com julho de 2016 foi registrado avanço, em onze dos quinze locais e no acumulado do ano o avanço também ocorreu em onze locais. No **Paraná**, houve avanço de 2,3% frente ao mês anterior. No confronto com igual mês do ano anterior houve crescimento de 2,8%, terceira taxa positiva nesta comparação e no acumulado em doze meses houve avanço de 1,8%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na passagem de junho para julho, os maiores avanços foram registrados na Bahia, Região Nordeste, Pará, **Paraná** e São Paulo. As áreas que tiveram maior recuo na produção foram: Espírito Santo e Rio de Janeiro. Na comparação com julho de 2016, os avanços mais acentuados ocorreram na Bahia, Santa Catarina, São Paulo, Região Nordeste, Pará e **Paraná**. Os recuos mais intensos foram em Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

No Estado do **Paraná**, comparativamente a julho de 2015, sete dos treze ramos pesquisados apresentaram variações positivas, com destaque para *máquinas e equipamentos*, *coque*, *produtos derivados de petróleo e biocombustíveis*, *bebidas*, e *produtos alimentícios*. Em sentido oposto, o setor de *veículos automotores, reboques e carrocerias*, exerceu a influência positiva mais importante.

No Estado, nos primeiros sete meses do ano, houve aumento em oito dos treze setores. Os destaques positivos foram: *máquinas e equipamentos* e *veículos automotores, reboques e carrocerias*. O destaque negativo ficou por conta de *coque*, *produtos derivados de petróleo e biocombustíveis*.

Consequência

De maneira semelhante ao que acontece em âmbito nacional, a produção paranaense vem apresentando alguma recuperação. A tendência é de recuperação lenta ao longo dos próximos meses.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --jun-jul-ago de 2017) – IBGE

Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre móvel, encerrado em agosto, *taxa de desocupação* de 12,6%, com queda de 0,7 p.p., frente ao trimestre encerrado em maio deste ano e expansão de 0,8 p.p., na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2016.

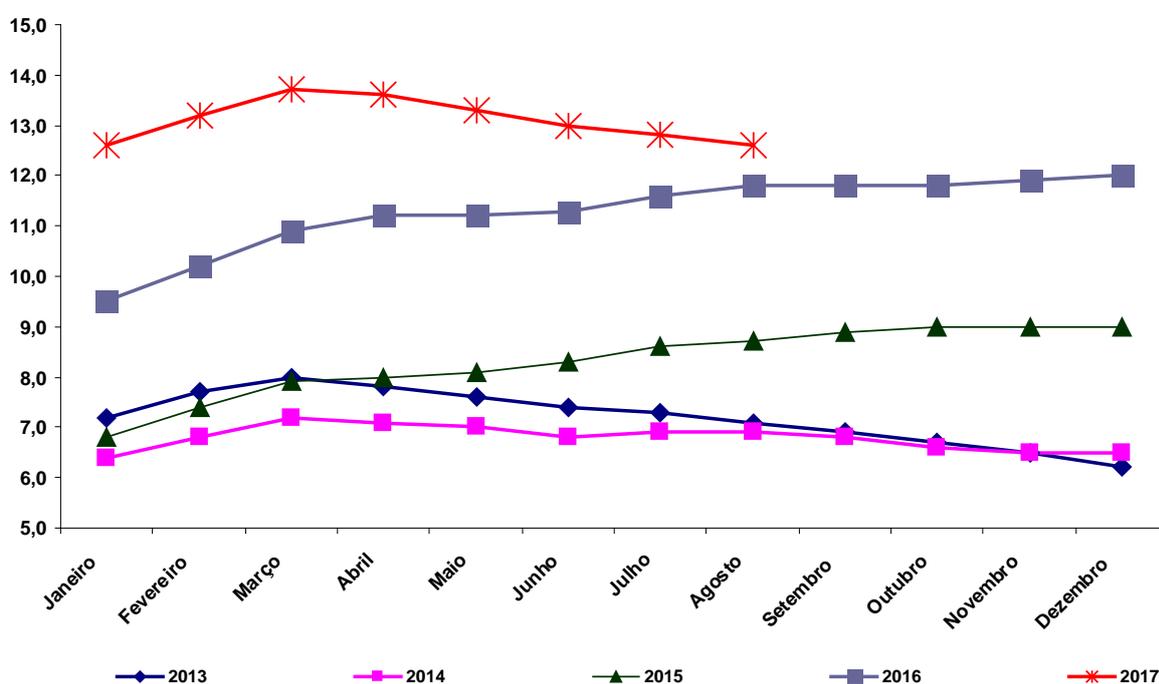
O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.105 com estabilidade frente ao trimestre encerrado em maio e na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

A *população desocupada*, 13,1 milhões caiu 4,8% em relação ao trimestre de março a maio de 2017, representando uma redução de 658 mil pessoas. Frente a igual trimestre do ano anterior o crescimento foi de 9,1%, significando um acréscimo de 1,1 milhão de *pessoas desocupadas na força de trabalho*. Na *população ocupada*, 91,1 milhões, houve aumento de 1,5% frente ao trimestre encerrado em maio de 2017 e 1,0% na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2016.

No trimestre encerrado em agosto, nos empregados com *carteira de trabalho assinada*, não houve variação frente ao trimestre encerrado em maio. Na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2016, houve queda de 2,2%, o que representa a perda de 765 mil de *pessoas com carteira assinada*.

No trimestre, a *massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos*, R\$ 186,7 bilhões de reais, não apresentou variação significativa em ambas as comparações.



Consequência

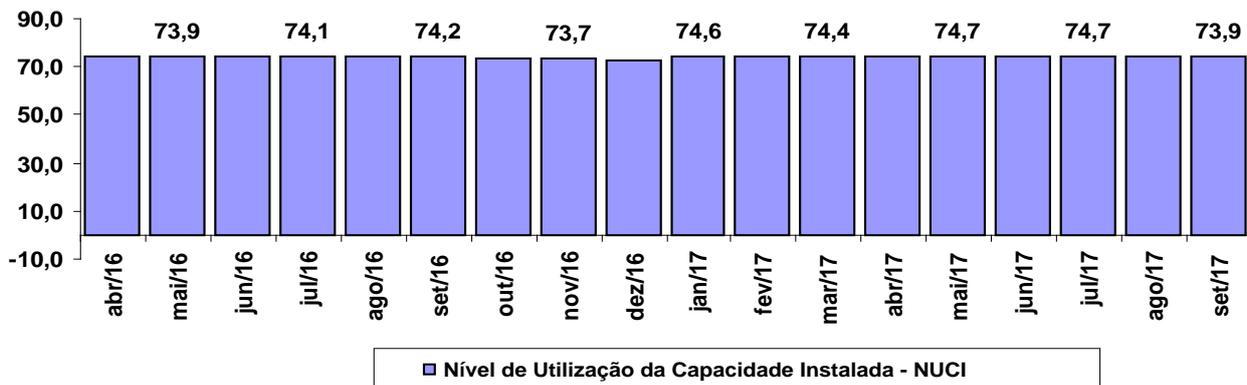
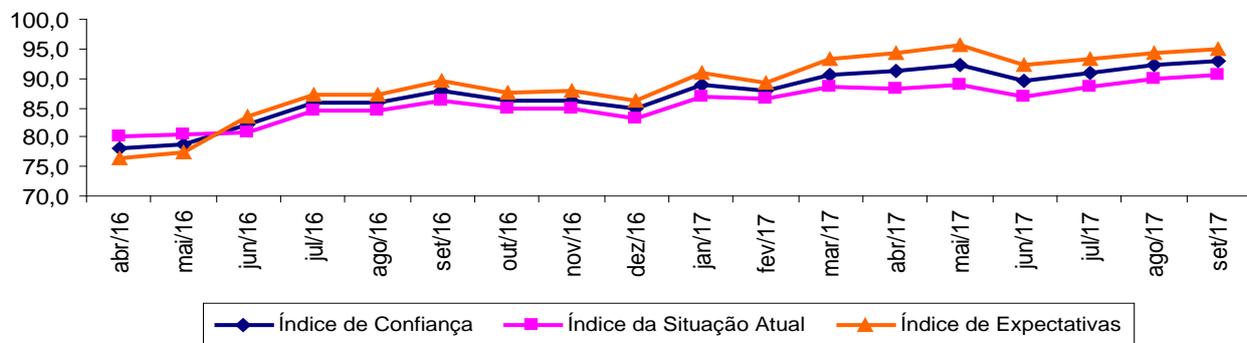
Embora demonstrando tendência de recuo, o *desemprego* segue em alta, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade na queda desta taxa.

Atividade

ICI – Índice de Confiança da Indústria (Setembro/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança da Indústria - ICI* avançou 0,6 pontos entre agosto e setembro, passando de 92,2 para 92,8 pontos, atingindo o maior nível desde abril de 2014. O índice da *Situação Atual - ISA* aumentou 0,6 pontos passando de 90,0 para 90,6 pontos. O índice de Expectativas - *IE* cresceu 0,5 pontos, atingindo 94,9 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação mais favorável sobre o *nível da demanda*, com a parcela das empresas que o avaliam como *forte* crescendo de 7,6% para 8,2%, e a das que o avaliam como *fraco* crescendo em proporção menor de 28,7% para 28,8%. Nas *expectativas*, houve avanço de 2,8 pontos no indicador que mede o grau de otimismo com a *tendência dos negócios nos seis meses seguintes*, chegando a 96,8 pontos.

Consequência

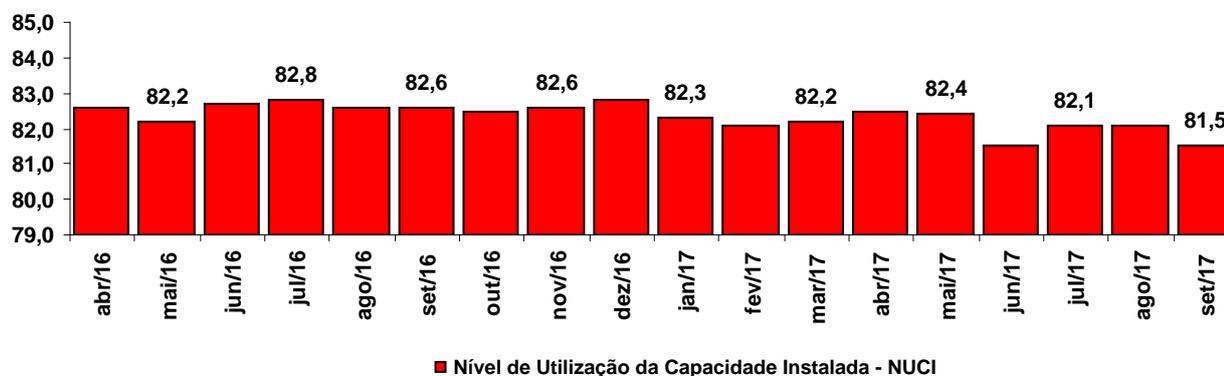
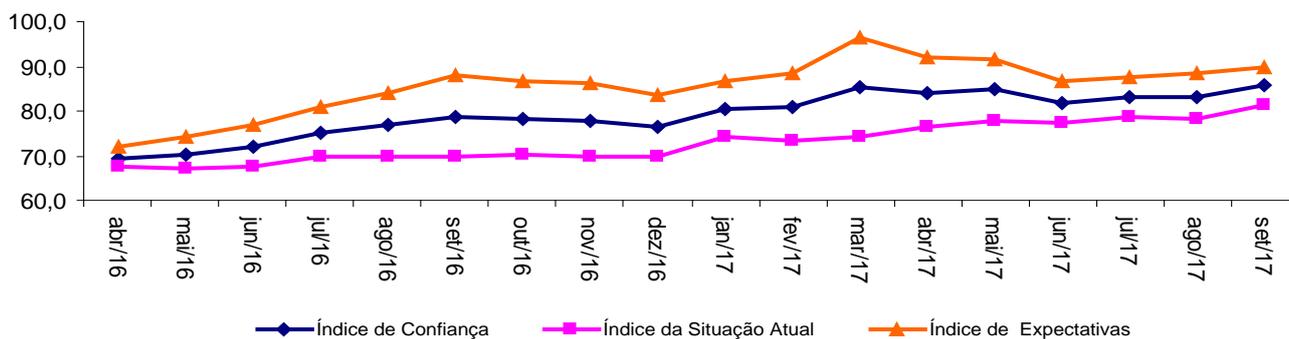
A combinação dos resultados indica que o *setor industrial* demonstra alguma recuperação, deixando para trás níveis *historicamente baixos*. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na recuperação, porém sem variações muito intensas.

Atividade

Sondagem de Serviços (Setembro/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* avançou 2,4 pontos entre agosto e setembro, passando de 83,2 para 85,6 pontos, maior marca desde dezembro de 2014. O *Índice da Situação Atual – ISA* cresceu 3,2 pontos, atingindo 81,5 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* avançou 1,6 pontos, chegando a 89,9 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, os indicadores que avaliam o *Volume da Demanda e a Situação Atual dos Negócios*, foram os que exerceram as maiores influências positivas, com variação de 3,2 pontos cada. Nas *expectativas*, houve avanço de 2,0 pontos no indicador que mede a *Tendência dos Negócios para os seis meses seguintes*, chegando a 91,9 pontos.

Consequência

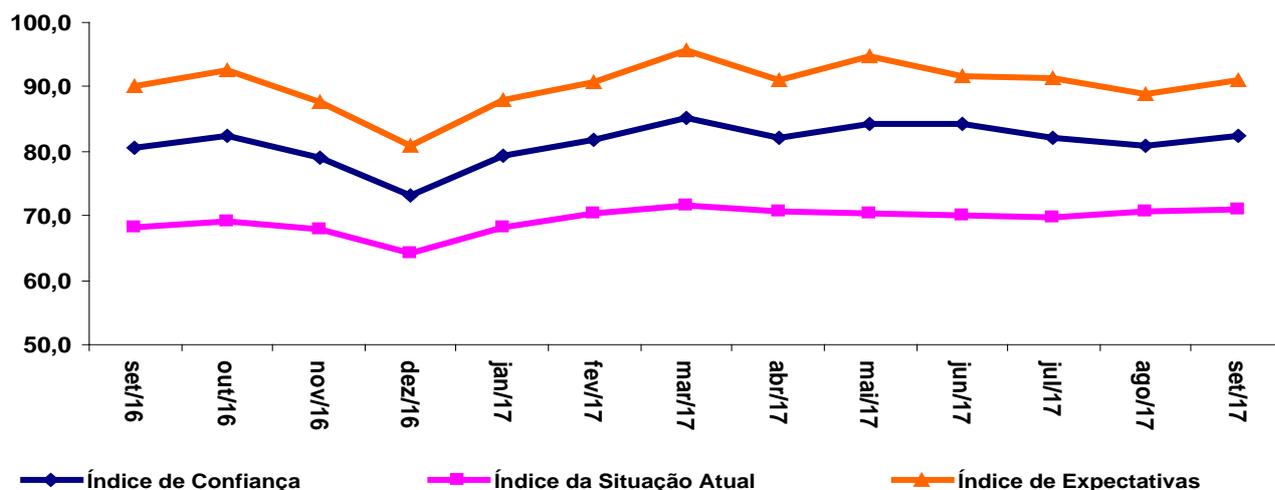
A exemplo de outros indicadores que medem as expectativas, o setor de serviços, vem apresentando recuperação, embora ainda permaneça em patamares historicamente baixos.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Setembro/2017) – FGV

Fato

Entre os meses de agosto e setembro, o **ICC** apresentou avanço de 1,4 pontos, passando de 80,9 para 82,3 pontos, o maior desde janeiro de 2016, interrompendo a sequência de três quedas consecutivas. O índice da *Situação Atual* cresceu 0,2 pontos, passando de 70,7 para 70,9 pontos. O *Índice das Expectativas* cresceu 2,2 pontos, atingindo 91,1 pontos, o mesmo patamar de abril.



Fonte: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, a proporção de consumidores que avaliam a *situação atual da economia* melhorou em setembro, com alta de 0,7 pontos, recuperando parte das perdas acumuladas nos últimos três meses. No que tange ao *futuro* houve evolução de 5,9 pontos no indicador que mede o *grau de otimismo com relação à economia*, passando de 105,0 para 110,9.

Consequência

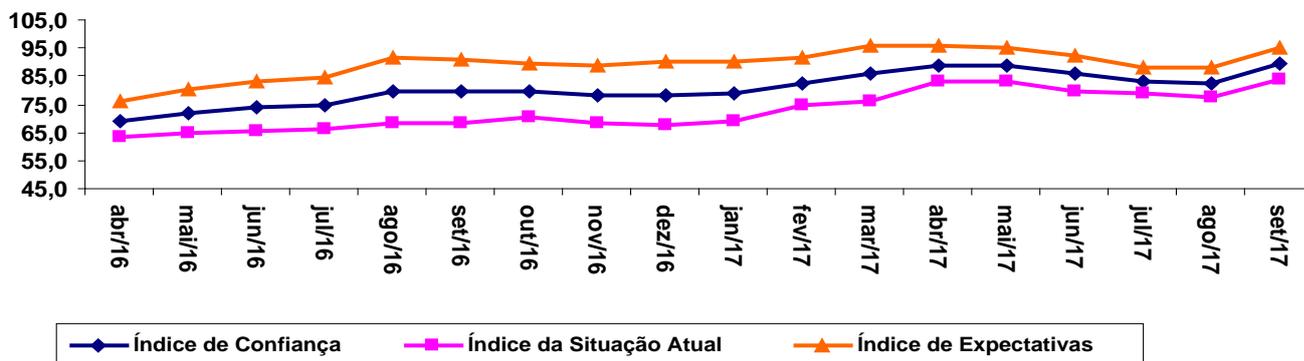
Os aumentos na confiança do consumidor foram sustentados pelas *expectativas* e pela percepção sobre o *mercado de trabalho*, porém a demora na *recuperação econômica* tem levado a uma postura mais cautelosa por parte do consumidor.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Setembro/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* avançou 6,8 pontos em relação ao mês anterior, depois de quatro quedas consecutivas, ao passar de 82,4 para 89,2. O *Índice a Situação Atual - ISA* teve a crescimento de 6,5 pontos, atingindo 83,9 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* elevou-se 7,0 pontos, chegando a 95,1 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A alta do **ICom** em setembro ocorreu de forma disseminada pelos 13 segmentos pesquisados. Houve melhora tanto das *expectativas* quanto das avaliações sobre a *situação atual*.

Conseqüência

Após a queda decorrente da crise política de maio, o **ICom** retoma trajetória de crescimento apresentando recuperação da confiança apresentada nos primeiros meses do ano.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Agosto/2017) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em agosto, a estimativa da *safr*a nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de uma produção de 240,9 milhões de toneladas, 30,4% superior à safra de 2016 e 0,5%, abaixo da previsão de julho. A área a ser colhida, 61,1 milhões de hectares, está 7,0% acima da registrada no ano passado.

Causa

Com relação à produção de 2017 as três principais culturas, arroz, o milho e soja, que juntos representam 93,7% do total da produção nacional, foi registrado avanço de 19,6%, para a soja, 16,2% para o arroz, e 54,7% para o milho.

O levantamento sistemático da produção agrícola registrou variação positiva para vinte dos vinte e seis produtos analisados: algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, arroz em casca, aveia em grão, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cacau em amêndoa, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, cebola, cevada em grão, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, laranja, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão e sorgo em grão. Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: café em grão – arábica, mamona em baga, mandioca, trigo em grão e triticale em grão.

Regionalmente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída: Centro-Oeste, 43,6%, da produção nacional, Sul, 35,6%, Sudeste, 9,8%, Nordeste, 7,4%, e Norte, 3,6%.

Consequência

De acordo com prognóstico das áreas plantadas, realizado pelo IBGE em agosto, a safra de grãos em 2017 deverá ser superior à do ano anterior, devendo registrar novo recorde.

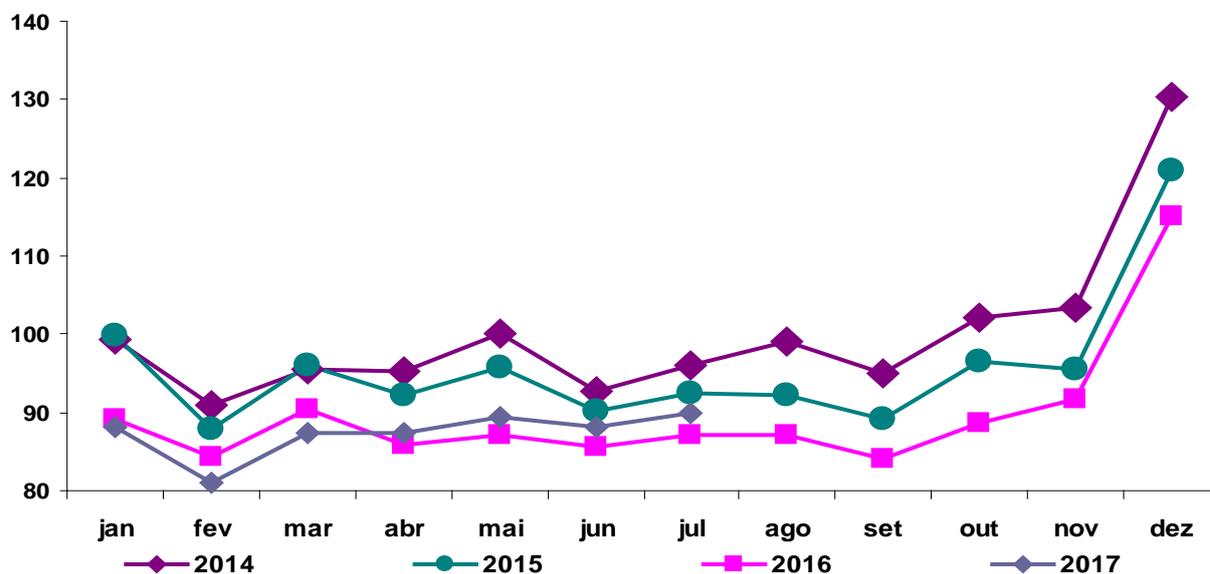
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Julho/2017) – IBGE

Fato

No mês de julho, o volume de vendas do comércio varejista, com ajuste sazonal, não variou frente ao mês anterior e a receita nominal cresceu 0,3%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o volume de vendas foi de 3,1% sobre julho de 2016, e de negativos 2,3% no acumulado dos últimos doze meses. A receita nominal obteve taxas de 1,2% com relação à igual mês de 2016 e 2,8% no acumulado em doze meses.

No que se refere ao comércio varejista ampliando, no volume de vendas houve avanço de 0,2% frente ao mês anterior, crescimento de 5,7% frente a julho de 2016 e recuo de 2,8% no acumulado em doze meses. Com relação à receita nominal não houve variação frente ao mês anterior, expansão de 3,7% no comparativo com julho de 2016 e de 0,9% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Na série ajustada do comércio varejista, calculada com relação ao mês anterior, três das oito atividades pesquisadas tiveram expansão no volume de vendas. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,7%, Tecidos, vestuário e calçados, 0,3% e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 4,4%. Por outro lado apresentaram recuo Combustíveis e lubrificantes, 1,6%, Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e de perfumaria,

0,4% e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 0,2%. As atividades de *Móveis e eletrodomésticos* e *Livros, jornais, revista e papelaria*, não registraram variação nesta comparação. No comércio varejista ampliado ocorreu avanço de 0,9% em *Material de construção* e queda de 0,8% em *Veículos e motos, partes e peças*.

Comparativamente a julho de 2016 sete das oito as atividades apresentaram avanço, os resultados, por ordem de importância na formação da taxa global, foram: *Tecidos, vestuário e calçados*, 15,5%, *Móveis e eletrodomésticos*, 12,7% e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 4,0%. A única queda ocorreu em *Combustíveis e lubrificantes*, 0,9%. No comércio varejista ampliado *Material de construção* teve avanço de 11,0% e *Veículos e motos, partes e peças*, de 6,5%.

Consequência

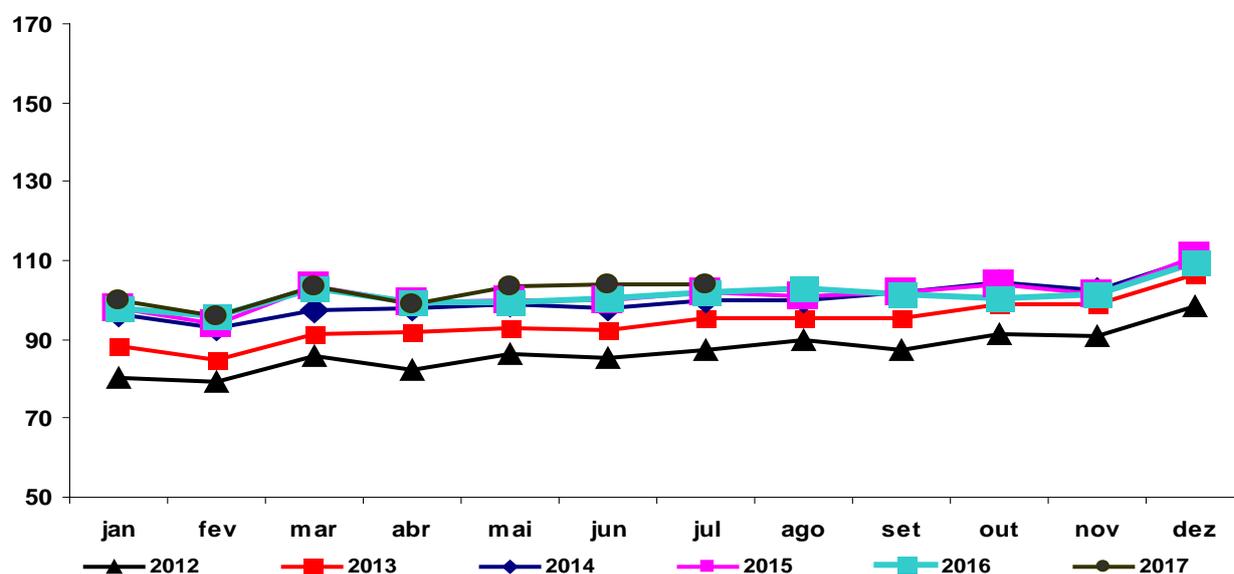
Apesar de não apresentar variação frente ao mês anterior, o *comércio varejista* segue apresentando breve recuperação, sendo que nos três meses anteriores acumulou crescimento de 2,2%. Para os próximos meses é esperada continuidade no processo de recuperação.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Julho/2017) – IBGE

Fato

No mês de julho frente ao mês anterior, o *volume de serviços* caiu 0,8% e a *receita nominal* 0,1%, comparativamente a igual mês do ano anterior, o *volume de serviço* caiu 3,2% e a *receita nominal dos serviços* cresceu 1,9%. No acumulado em doze meses a taxa de crescimento do *volume* ficou negativa em 4,6% e a *receita* cresceu 0,7%.



Fonte: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2011 = 100) (Número índice)

Causa

Frente a junho no *volume* apenas os *Serviços prestados às famílias* tiveram elevação 0,9%. Os demais recuaram: *Outros serviços*, 2,8%, *Atividades Turísticas*, 2,1%, *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 2,0%, *Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio*, 0,9% e *Serviços de informação e comunicação*, 0,8%.

Consequência

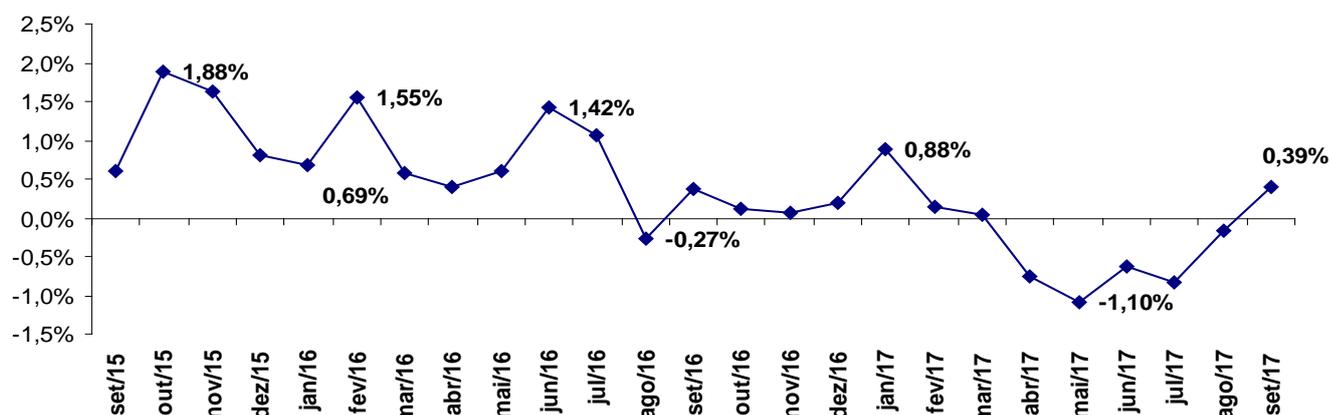
O desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado principalmente pela *redução dos empregos*, dos *salários reais*, do crescimento da *massa salarial* e das *incertezas* frente ao futuro da economia.

Inflação

IGP-10 (Setembro/2017) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,39% em setembro, aumentando 0,56 p.p. com relação a agosto. No acumulado em doze meses o índice ficou em negativos 1,66%, e no ano, negativos 2,03%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de agosto, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA** apresentou aceleração de 0,97 p.p., com variação de 0,55%. Neste, o maior avanço foi proveniente dos *Bens Finais*, mesmo com variação negativa de 0,22%, 1,00 p.p. menos negativa do que a variação de agosto, com destaque para o *subgrupo combustíveis e lubrificantes*. Os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,94 p.p., decorrente do crescimento na variação de *combustíveis e lubrificantes para a produção* e as *Matérias-Primas Brutas* avançaram 0,95 p.p. como consequência da maior variação em *bovinos, minério de ferro e milho*. O **IPC** não registrou variação em setembro, mas teve decréscimo em seis das oito classes de despesas e destaque para *Habituação*, decorrente do comportamento do item *tarifa de eletricidade residencial*. Também registraram menor variação no mês: *Alimentação, Transportes, Comunicação, Saúde e Cuidados Pessoais e Despesas Diversas*. O **INCC** teve avanço de 0,07 p.p., com avanço de 0,12 p.p. em *Mão de Obra* e aceleração de 0,34 p.p. em *Materiais, Equipamentos e Serviços*.

Consequência

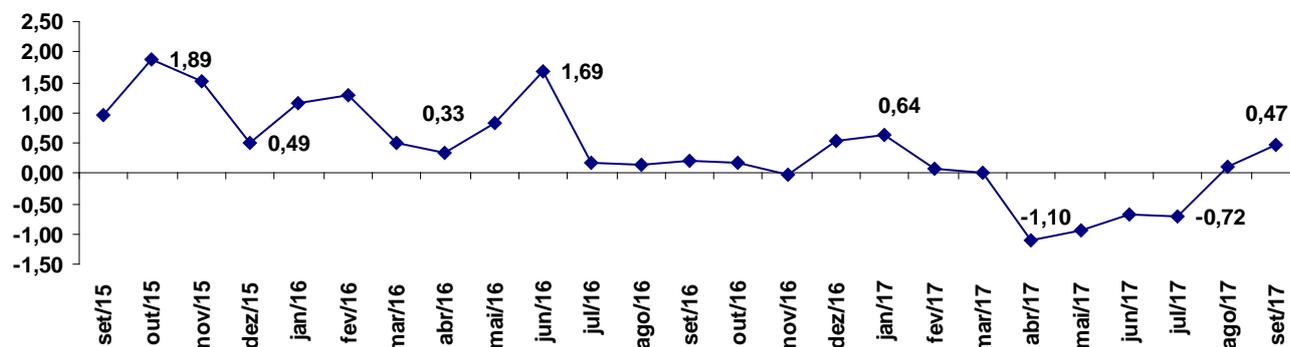
O **IGP-M** voltou a apresentar variação positiva, após cinco meses de deflação, principalmente como consequência dos *Combustíveis*. A expectativa para os próximos períodos é de *estabilidade*.

Inflação

IGP-M (Setembro/2017) – FGV

Fato

Em setembro, o **IGP-M** registrou variação de 0,47%, 0,37 p.p. superior à variação do mês anterior, no ano o acumulado é de negativos 2,10%, e em doze meses negativos 1,45%.



Fonte: FGV

Causa

Na passagem de agosto para setembro, o **IPA** registrou variação de 0,74%, avançando 0,79 p.p. O responsável por este crescimento foi *Bens Finais*, com acréscimo de 0,87 p.p. na taxa de variação, com aceleração em *combustíveis para o consumo*. O índice dos *Bens Intermediários* avançou 0,70 p.p. As *Matérias-Primas Brutas* avançaram 0,77 p.p., sendo os principais responsáveis pelo movimento os itens: *bovinos, milho e soja*.

O IPC, com variação negativa de 0,09% em setembro, desacelerou-se 0,42 p.p., com a principal contribuição para o decréscimo partindo de *Habituação*, dado a menor taxa de variação do item *tarifa de eletricidade residencial*. Também apresentaram recuo em sua taxa de variação: *Transportes, Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais, Comunicação e Despesas Diversas*. O INCC teve desaceleração de 0,26 p.p. chegando á 0,14%. *Materiais, Equipamentos e Serviços* teve aquecimento de 0,17 p.p. e o componente *Mão de Obra* recuo de 0,60 p.p.

Consequência

No mês o IGP-M apresentou aceleração. Para os próximos períodos, decorrente da baixa expectativa de retomada do crescimento econômico, a inflação deverá seguir em patamar baixo.

Inflação

IGP-DI (Agosto/2017) – FGV

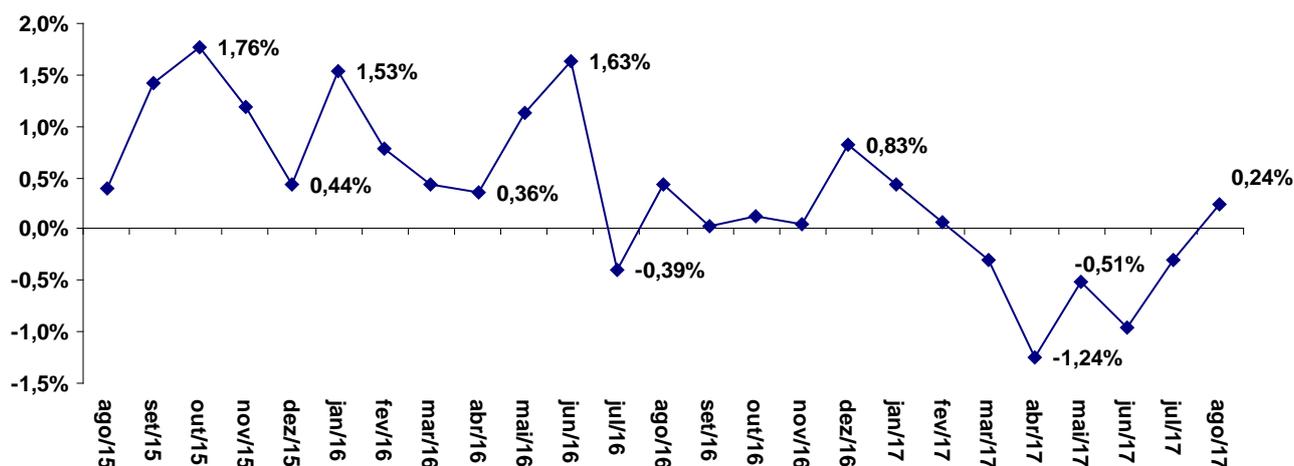
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou variação de 0,24% em agosto, acelerando 0,54 p.p. ante a inflação registrada em julho. Em doze meses a variação acumulada é negativa em 1,61% e no ano em 2,64%.

Causa

Em agosto, o IPA, variou de 0,26%, acelerando 0,93 p.p. frente ao mês anterior, motivado por avanço em *Matérias-Primas Brutas*, 0,79 p.p., decorrente de *minério de ferro, bovinos e milho*. Os *Bens Finais* tiveram menor queda em 0,97 p.p., sendo o principal responsável por este movimento o subgrupo *combustíveis para consumo* e os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,97 p.p. com destaque para *combustíveis e lubrificantes para produção*.

O IPC recuou 0,25 p.p., atingindo 0,13%, com a contribuição mais relevante para a desaceleração proveniente do grupo *Habituação*, com destaque para o comportamento do preço da *tarifa de eletricidade residencial*. Também apresentaram decréscimo em sua taxa de variação: *Alimentação, Comunicação, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação, Leitura e Recreação e Despesas Diversas*. O INCC teve avanço de 0,06 p.p., com aceleração em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e desaceleração em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

O IGP-DI voltou a apresentar aceleração frente ao mês anterior, mas o acumulado no ano e em doze meses segue em patamar negativo. Para os próximos meses a expectativa ainda é de elevação.

Inflação

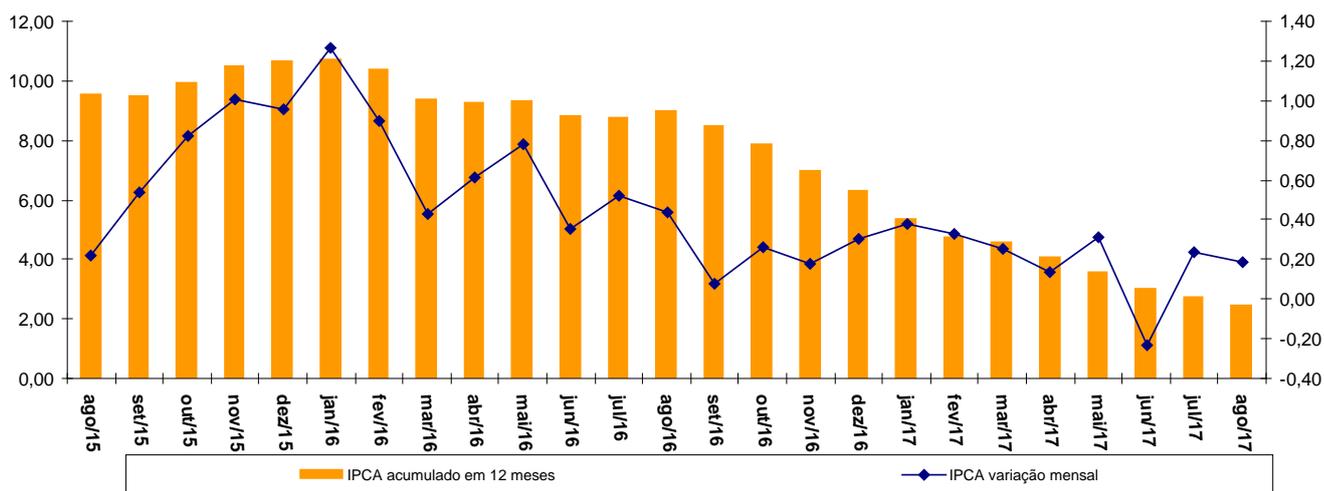
IPCA (Agosto/2017) – IBGE

Fato

O IPCA variou 0,19% em agosto, 0,05 p.p. abaixo do registrado em julho, no acumulado em doze meses o índice chegou a 2,46%, 0,25 p.p. inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, e no acumulado do ano a inflação está em 1,62%, 3,80 p.p. abaixo do registrado no mesmo período de 2016. Em Curitiba, a variação foi de 0,35%, 0,14 p.p. abaixo da de julho, acumulando alta de 2,12% no ano, e 2,55% em doze meses.

Causa

O maior recuo no mês foi proveniente do grupo *Alimentação e Bebidas*, que passou de negativos 0,47% em julho para negativo 1,07% em agosto, decorrente principalmente do *feijão-carioca*, *tomate*, *açúcar cristal*, *leite longa vida*, *frutas* e *carne*. O grupo *Comunicação*, também apresentou variação negativa, 0,56%, decorrente da *conta de telefone celular*.



Fonte: IBGE

Consequência

Após a aceleração de julho, o índice volta a apresentar recuo, desta vez puxado por *alimentos*. Para os próximos meses, a expectativa é de novas quedas na taxa, refletindo o *desaquecimento da atividade econômica*.

Inflação

IPCA - 15 (Setembro/2017) – IBGE

Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 0,11% em setembro, reduzindo 0,24 p.p. com relação a agosto. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são de 1,90% e 2,56%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi 0,12%, 0,45 p.p. abaixo do registrado no mês anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 2,94%.

Causa

No mês, o grupo *Transportes* que corresponde a 18% das *despesas das famílias* teve a variação mais representativa, 1,25% e 0,22 p.p. de impacto no índice. Já o grupo *Alimentação e Bebidas*, foi o que apresentou a maior queda, 0,94% e negativo 0,23 p.p. de impacto. Os alimentos que tiveram a maior queda foram *tomate*, *feijão-carioca*, *alho*, *açúcar cristal* e *leite longa vida*.

Consequência

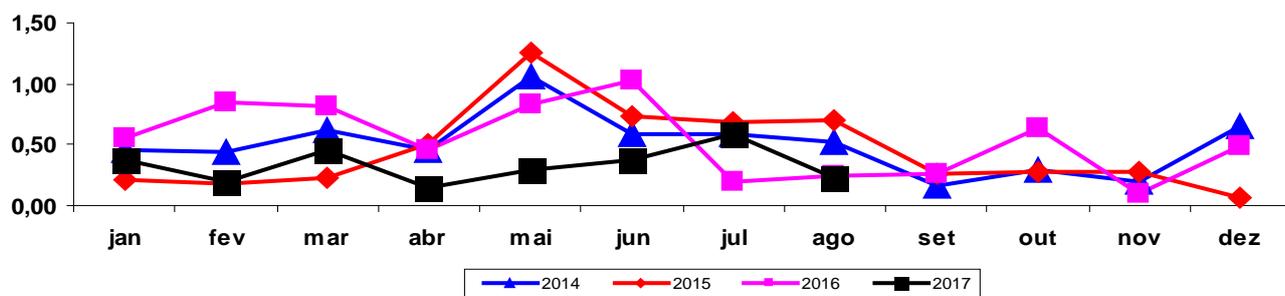
O índice nos valores acumulados segue em patamar baixo e a *inflação* vem demonstrando sinais de acomodação nas variações mensais. Para os próximos meses não são esperadas variações muito intensas.

Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Agosto/2017) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O **Índice Nacional da Construção Civil** variou 0,23% em agosto, 0,35 p.p. abaixo da variação de julho. Em doze meses, o acumulado é de 4,24%, e no ano 2,70%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.052,75, em julho, para R\$ 1.055,18 em agosto, sendo R\$ 537,12 relativos aos *materiais* e R\$ 518,06 à *mão-de-obra*. No **Paraná**, a variação foi de negativos 0,21% no mês, acumulando variações positivas de 1,69% no ano e 6,23% em doze meses, o *custo médio da construção*, no Estado, é de R\$ 1.074,71.



Fonte: IBGE

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou negativos 0,12%, 0,40 p.p. abaixo do mês anterior, e a componente *mão-de-obra* 0,60%, caindo 0,30 p.p. em relação a julho. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 1,77% para *materiais* e 6,98% para *mão-de-obra*, e no ano, os *materiais* subiram, 1,12% e a *mão-de-obra* 4,44%.

No mês as variações regionais foram: 0,56% na Região Nordeste, negativo 0,03% na Região Norte, 0,41% no Centro-Oeste, 0,05% no Sudeste e 0,10% no Sul. Ainda na verificação regional, os acumulados em doze meses foram 4,16% na Região Nordeste, 3,42% na Norte, 3,21% no Centro-Oeste, 4,14% no Sudeste e 6,17% na Região Sul.

Consequência

A exemplo dos índices de outros setores os *custos da construção civil* seguem apresentando arrefecimento, devendo ao longo do ano seguir nesta tendência.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Agosto/2017) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 0,31% em agosto, ficando, portanto 1,32 p.p. superior à variação do mês anterior e 0,56 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 1,66%, e no ano negativo 0,99%.

Causa

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas. As maiores variações foram em *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, perfumaria, sabões e produtos de limpeza e outros produtos químicos*. Os itens com maior influência foram: *refino de petróleo e produtos de álcool, alimentos, outros produtos químicos e indústrias extrativas*.

Consequência

O índice de preços ao produtor volta a registrar variação positiva, devendo gerar algum reflexo nos preços ao consumidor nos próximos meses.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Agosto/2017) - BACEN

Fato

O total do estoque das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.047 bilhões em agosto, com recuo de 0,1% no mês e 2,2% em doze meses, atingindo 47,1% na *relação com ao PIB*, 3,3 p.p. inferior a agosto de 2016.

A *taxa média das operações de crédito referencial* atingiu 28,5% a.a., com queda de 0,5 p.p. no mês e de 4,5 p.p. em doze meses. A *taxa de inadimplência da carteira de crédito* permaneceu estável pelo terceiro mês consecutivo em 3,7%.

Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.527 bilhões, crescendo 0,3% no mês e diminuindo 1,5% em doze meses. Neste, os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 0,6% no mês, chegando à R\$ 828 bilhões, com destaque para o *crédito consignado, financiamento de veículos e cartão de crédito à vista*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas* ocorreu estabilidade no mês, com saldo de R\$ 699 bilhões. No *crédito direcionado*, houve redução de 0,6% no mês e de 2,9% em relação ao mesmo mês de 2016, totalizando R\$ 1.520 bilhões.

As *taxas médias de juros* diminuíram 0,5 p.p. no mês e cresceram 4,5 p.p. em doze meses. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* diminuiu 0,9 p.p. no mês e 6,6 p.p. em doze meses e para as *empresas* o custo médio caiu 0,1 p.p. no mês 3,2 p.p em doze meses. A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* permaneceu em 3,7% no mês, sendo 4,0% para *pessoas físicas* e 3,4% para *pessoas jurídicas*.

Consequência

Como reflexo da *baixa atividade econômica*, as *operações de crédito* tem recuado, devendo, por fatores sazonais, ocorrer algum crescimento nos últimos meses do ano.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Agosto/2017) - BACEN

Fato

Em agosto, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 302 milhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 815 milhões, totalizando US\$ 381,8 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 315,3 bilhões, aumentando US\$ 409 milhões em relação ao montante apurado em junho.

Causa

O *saldo da conta de transações correntes* acumulou *déficit* de US\$ 13,5 bilhões nos últimos doze meses, equivalente a 0,68% do **PIB**. A *conta de serviços* registrou, em agosto, *déficit* de US\$ 2,9 bilhões, 30,0% acima do registrado em igual mês de 2016. A piora foi decorrente de aumento na *despesa líquida com viagens internacionais* 87%, frente a agosto do ano passado. A *conta financeira* registrou *entrada líquida* de US\$ 5,1 em *ingressos líquidos em investimentos diretos no país* em agosto, e US\$ 82,5 bilhões (4,18% do **PIB**) em doze meses.

Na *movimentação das reservas*, durante o mês a receita de *remuneração de reservas* atingiu US\$ 337 milhões e as *variações por preço*, US\$ 440 milhões. Por outro lado, as *variações por paridade* reduziram o estoque em US\$ 114 milhões. Em agosto, a *dívida externa de longo prazo* aumentou US\$ 222 milhões, atingindo US\$ 259,1 bilhões e a de *curto prazo* aumentou US\$ 188 milhões, chegando à US\$ 56,1 bilhões.

Consequência

O *déficit em transações correntes* vem apresentando redução ao longo dos meses. O volume das *reservas* apresenta solidez e a *dívida externa* não demonstra sinais de aceleração.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Agosto/2017) - BACEN

Fato

O *déficit primário do setor público* em agosto foi de R\$ 9,5 bilhões. No ano o *déficit* alcançou R\$ 60,9 bilhões e em doze meses até agosto o acumulado é *deficitário* em R\$ 157,8 bilhões, o que equivale a 2,44% do PIB. A *dívida líquida do setor público*, como percentual do **PIB** cresceu 0,5 p.p. com relação a julho e 4,0 p.p. no ano, atingindo o montante de R\$ 3.245,7 bilhões. Os *juros nominais*, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$ 36 bilhões em agosto. No acumulado do ano os *juros* atingiram R\$ 271,1 bilhões e em doze meses, R\$ 423,5 bilhões, equivalente a 6,55% do **PIB**. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 45,5 bilhões no mês, no ano o resultado foi de negativos R\$ 331,9 bilhões e no acumulado em doze meses *déficit* de R\$ 581,3 bilhões, 8,98% do **PIB**.

Causa

Por origem, o *Governo Central* registrou *déficit* de R\$ 9,9 bilhões e as *empresas estatais*, R\$ 111 milhões. Por outro lado os *governos regionais* tiveram *superávit* de R\$ 498 milhões. Os *juros nominais apropriados* em agosto aumentaram R\$ 7,5 bilhões em relação ao total apropriado no mês anterior. O aumento na *relação entre dívida líquida e PIB*, no ano, foi consequência da *incorporação de juros*, do *déficit primário*, da *valorização cambial acumulada* e do *reconhecimento de dívidas*. Em sentido contrário, o *efeito do crescimento do PIB nominal* e o *ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida* contribuíram para que o avanço não fosse maior.

Consequência

O resultado do *orçamento* segue negativo e os *impasses políticos* têm dificultado a adoção de medidas para corrigi-lo. Para os próximos meses é esperada maior austeridade e parcimônia por parte do *Executivo*, para a recuperação das *contas públicas*.